

O Movimento do Custo de Vida frente ao Estado: entre a negação, a negociação e a repressão (1973-1982)

THIAGO WILLIAM NUNES GUSMÃO MONTEIRO*

Apresentamos nesta comunicação uma versão parcial e preliminar da discussão proposta em nossa pesquisa de mestrado sobre a relação entre o Estado e os movimentos populares, pensadas a partir do caso do Movimento do Custo de Vida. Na dissertação, provisoriamente intitulada “*Como pode um povo vivo viver nesta carestia: O Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982)*”, estas reflexões serão aprofundadas e farão parte do terceiro capítulo que investigará também qual foi o imaginário construído por agentes do Estado a respeito do Movimento do Custo de Vida e que orientou suas ações nos embates com este e outros movimentos populares, pois, o imaginário social é “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais” (BACZO, 1985: 298).

O desenvolvimento da pesquisa até o presente momento nos permite postular que as relações entre o Estado e o Movimento do Custo de Vida não podem ser compreendidas apenas pela perspectiva do confronto, como fizeram as pesquisas anteriores sobre o tema. Para além da evidente repressão, acreditamos que o Estado manteve uma postura tríplice que a combinou com a negação e a negociação, nos termos que serão devidamente explicitados neste trabalho. Para tanto, utilizaremos como fontes documentais os discursos pronunciados por representantes do Estado (prefeitos, deputados e governadores do partido do governo; ministros e presidentes), publicados nos Diários da Câmara do Deputados ou na imprensa, bem como os relatórios e informações produzidos por agentes do aparato repressivo estatal, mais especificamente, aqueles que se encontram no Fundo DEOPS-SP.

Para delimitar a questão proposta ao espaço/tempo desta comunicação, buscaremos discuti-la a partir do ato da entrega das assinaturas, realizado na Praça da Sé, em 27 de agosto de 1978 e que, como veremos a seguir, marcou não apenas o auge do movimento, como também a “reocupação e a repolitização do espaço público” (NAPOLITANO: 2002, 57).

*Bacharel e licenciado em História pela USP. Desenvolve atualmente pesquisa de mestrado em História Social pela USP, sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino.

O Movimento do Custo de Vida

O Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC)², pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980. Sua origem está intrinsicamente ligada àquela da formação dos novos Clubes de Mães na zona sul de São Paulo que – embora já existissem nas periferias da cidade, em menor número, desde a década de 1950 – cresceram e se modificaram, no final da década de 1960, com o processo de transformação da Igreja Católica Brasileira iniciado após o Concílio Vaticano II³ e acentuado pelas opções tomadas pelos bispos da América Latina na Conferência de Medellín⁴, entre as quais estava “a opção preferencial pelos pobres”. Este processo, que resultou na tentativa de construção de uma Igreja “progressista”, gerou mudanças importantes e propiciou as condições necessárias para o surgimento de novos Clubes de Mães (também chamados de “Clubes de Mães Populares”), em São Paulo, que não se restringiam à realização de trabalhos manuais, promovendo também reflexões sobre as condições de vida de suas participantes a partir de uma leitura “libertadora” do evangelho. Foi no interior destes clubes que se realizou, em outubro de 1973, a primeira atividade conjunta que seria considerada o marco inicial do MCV: o envio de uma carta às autoridades solicitando medidas contra a alta do custo de vida, acompanhada de uma pesquisa – feita por “elas mesmas” – comparando os preços de quinze gêneros alimentícios de primeira necessidade nos “bairros mais afastados da cidade” com os “menos afastados” no intervalo 1972-1973, incluindo também a variação do salário mínimo.

Nos anos seguintes, com o recrudescimento da repressão às organizações partidárias e sindicais, a luta nos bairros através de reivindicações locais (moradia, transporte, saúde, etc.) ganhou força e o MCV emergiu como um “movimento-receptáculo de vários outros

² Em janeiro de 1979 o Movimento do Custo de Vida (MCV) decidiu, em assembleia, adotar o nome “Movimento Contra a Carestia” (MCC). Mais do que tornar o nome do movimento mais preciso como justificado à época, esta mudança refletiu também a *reorientação* ocorrida no Movimento a partir deste ano. Nesta comunicação – com exceção dos títulos, itens de destaque e citações –, utilizaremos a sigla MCV para referir-nos ao Movimento, pois é com este nome que ele é frequentemente lembrado por seus participantes, pela imprensa e também analisado pela historiografia. O uso da sigla MCC ocorrerá apenas com o intuito de se referir a fase do Movimento correspondente ao período 1979-1982.

³ O Concílio Ecumênico Vaticano II, realizado entre outubro de 1962 e dezembro de 1965, foi convocado pelo Papa João XXIII para promover uma atualização (*aggiornamento*) do papel da Igreja no mundo contemporâneo.

⁴ Convocada pelo Papa Paulo VI para aplicar os ensinamentos do Concílio Vaticano II às especificidades da Igreja latino-americana, a 2ª Conferência do Conselho Episcopal Latino-Americano foi realizada em Medellín (Colômbia), entre agosto e setembro de 1968.

movimentos sociais urbanos” (EVERS: 1982, 75). Dentre as ações do MCV neste período, podemos destacar a execução de uma segunda pesquisa – desta vez, com 2.000 questionários respondidos e acompanhados de 19.500 assinaturas – que resultou na primeira assembleia do movimento, em junho de 1976, no Colégio Católico Santa Maria, na qual estiveram presentes cerca de 5.000 pessoas, um número expressivo dado o contexto autoritário da época.

O ano de 1978 marcou o auge do MCV. Após a formação de uma coordenação central no ano anterior, o movimento se propôs a obter 1.000.000 de assinaturas em um novo abaixo-assinado que seria entregue ao “presidente” com três reivindicações básicas: congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade; aumento do salário acima do custo de vida; abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores. O lançamento oficial deste abaixo-assinado ocorreu, em março, no Colégio Católico Arquidiocesano, e contou com a presença de mais de 6.000 pessoas, incluindo políticos do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), estudantes, intelectuais e operários. Em 27 de agosto, após obter aproximadamente 1.400.000 – também fora dos limites da cidade de São Paulo – o MCV convocou o “Ato de entrega das assinaturas”, na Praça da Sé, para o qual foram convidadas às autoridades do país. No entanto, a proibição vigente do uso da praça pública para manifestações gerou o imbróglie que culminou na contraditória liberação do ato na Catedral da Sé, mas com a proibição da Praça na qual ela se encontrava. Ainda assim, o ato ocorreu mesmo sem o comparecimento das autoridades convidadas, contou com a presença de mais de 20.000 pessoas (uma das maiores manifestações públicas desde 1968), e ficou marcado pelas cenas⁵ de repressão policial contra aqueles que ocuparam as escadarias da Catedral ao final da assembleia.

Os autores que analisaram o MCV anteriormente limitaram seu recorte temporal até este episódio que, certamente, representa o momento de maior relevância do movimento no cenário político-nacional. Contudo, em nossa pesquisa, buscamos compreender também os desdobramentos na trajetória do MCV e, por isso, estendemos nosso recorte até o ano de 1982 quando localizamos o registro de um “último” ato realizado pelo movimento, na Praça da Sé, apesar do movimento jamais ter anunciado formalmente o seu fim. Desta forma, ainda em 1978, o MCV se notabilizou: em setembro, pelo envio de uma Comissão de representantes à Brasília-DF que tentaram, sem sucesso, entregar os abaixo-assinados ao “presidente”; em

⁵ Parte dessas cenas estão presentes nos filmes: *A luta do povo* (1980). 30'. São Paulo, produção Associação Popular de Saúde, direção Renato Tapajós, fotografia Zetas Malzoni, montagem Maria Inês Villares; e *Braços cruzados, máquinas paradas* (1979), 79', direção de Roberto Gervitz e Sergio Toledo.

outubro, pelos cinco atos, realizados simultaneamente na Grande São Paulo e que contaram com a participação de mais de 5.000 pessoas; e, em novembro, pela eleição de duas de suas “lideranças”, Aurélio Pérez e Irma Passoni, como deputados federal e estadual, respectivamente. A partir de janeiro de 1979, o MCV, já rebatizado como MCC, adentrou – de acordo com o nosso entendimento – em uma nova fase marcada pela alteração na hegemonia do movimento que, antes exercida por grupos ligados à Igreja Católica, passou a ser desempenhada por grupos ligados a partidos políticos clandestinos como o PC do B e sindicatos – sendo que ambos os grupos estiveram presentes, com diferentes graus de influência, ao longo de toda a trajetória do MCV. Nestes últimos anos, o MCC realizou ainda uma série de Congressos Estaduais e Nacionais em cidades como Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), nos quais incorporou a reforma agrária e, com o passar dos anos, outras reivindicações como “a redução das tarifas de luz cobradas pela Light” e “o impedimento do aumento do preço da passagem de ônibus”. Com exceção do ato realizado em agosto de 1979, onde conseguiu reunir pouco mais de 5.000 pessoas na Praça da Sé, o MCC perdeu, gradativamente, sua capacidade de mobilização nas periferias de São Paulo que passaram a se articular por outras formas e, em certos casos, refluíram. Por outro lado, a criação de MCCs se expandiu para diversas cidades do país, sendo que alguns deles foram responsáveis por protagonizar alguns dos principais protestos ligados à luta contra o aumento das tarifas de ônibus, como aqueles ocorridos, em agosto de 1981, em Salvador.

Postura tríplice do Estado: negação, negociação e repressão

Na década de 1970, os principais trabalhos produzidos sobre os movimentos populares enfatizaram sua autonomia em relação ao Estado (“Sociedade contra o Estado”), enquanto, nos anos 1980, o padrão das análises pensou a autonomia dos movimentos populares “para além do Estado”, enfatizando a “nova cultura política” que eles pareciam criar. Por sua vez, os anos 1990 ficaram marcados por um movimento crítico-demolidor em relação aos movimentos populares, que é descrito por Ana Maria Doimo da seguinte forma:

Na falta de outros critérios de medida, sobreveio um desapontamento geral sobre o qual repousou a tese de que esses formatos de participação seriam inexoravelmente fragmentários, destinados a exaurirem-se em sua própria luta imediata e cotidiana, cuja eficácia tenderia a esgotar-se na conquista ou ampliação deste ou daquele

direito de cidadania. E adeus movimentos sociais: agora há assuntos mais relevantes (DOIMO:1995, 31).

Assim, pouco se investigou sobre a complexidade das relações entre o Estado e os movimentos populares. Contribuíram para esta “lacuna” a dificuldade de acesso às fontes documentais produzidas por agentes do Estado, além daquela – ainda existente – para acessar o material produzido pelos movimentos populares. A partir da análise do posicionamento de representantes do Estado (prefeitos, deputados e governadores do partido do governo, ministros e presidentes) e agentes do DEOPS-SP, nos acontecimentos relacionados ao “Ato da Praça da Sé”, buscamos aqui compreender como se deu a relação entre o Estado e um dos mais importantes movimentos populares do período, o MCV, para além da evidente repressão já indicada anteriormente. Sob esta perspectiva, Marcelo Ridenti argumenta que:

“A relação entre dominantes e dominados, mesmo em regimes autoritários, deve ser compreendida não só com base no confronto, mas também na negociação, ou ao menos em concessões aos adversários, sem as quais não se constrói uma base de legitimidade. Negociar e conceder implicam reconhecimento do outro levando em conta a oposição, que assim precisa ser entendida em seu encadeamento com a situação” (RIDENTI: 2014, 30).

No caso do MCV, postulamos que o Estado manteve uma postura tríplice que combinou, em momentos diferentes e também ao mesmo tempo (como no caso do ato da Praça da Sé), a negação, a negociação e, obviamente, a repressão, nos termos que conceituaremos a seguir. Antes, é preciso ponderar o peso que cada uma destas três posturas teve na relação entre o Estado e o MCV para evitar distorções interpretativas que diluam a importância do confronto – que nos parece ter sido a postura mais constante ao longo da trajetória do movimento e do regime militar. Nesse sentido, ressaltamos a análise de Carlos Fico a respeito do livro de Kenneth Serbin sobre a Comissão Bipartite⁶ que revelou a existência de um canal de diálogo entre a Igreja Católica Progressista e o regime militar durante o início da década de 1970. Sobre iniciativas como esta, Fico ressalta:

⁶ A Comissão Bipartite foi formada por membros da alta hierarquia católica (como Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns) e militar (como o General Antônio Carlos Muricy), com a aprovação do “presidente” Médici. Esta comissão se reuniu 24 vezes, entre 1970 e 1974, para discutir e preservar, minimamente, a conflituosa relação entre as duas instituições. Ver mais em: SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

“as iniciativas de diálogo do regime militar tiveram um papel subsidiário e, muitas vezes, não passaram de diversionismo. A utopia que prevaleceu não foi a do diálogo ou a da harmonia, mas a já mencionada “utopia autoritária”. Infelizmente, o vetor preponderante foi mesmo o repressivo” (FICO: 2002, 199).

A negação

Empregamos a ideia da “negação” como uma postura do Estado diante dos movimentos populares que está inscrita em uma extensa tradição de não-reconhecimento das classes populares enquanto sujeitos políticos. Não se trata de algo criado pelo regime militar, mas certamente aperfeiçoado por seu projeto – ancorado na “Doutrina de Segurança Nacional”⁷ – de esvaziamento dos espaços de participação popular. Em última instância, esta postura é utilizada ainda nos dias de hoje por governantes que costumam negar, entre outros, a existência de greves, de racionamento d’água, contando ainda com certa complacência de parte da grande imprensa.

No caso do MCV, representantes do Estado buscavam negar a sua própria existência, afirmando, como fez o Governador Paulo Egydio Martins, ser um “*movimento das antigas Ligas Operárias, Partido Comunista e Convergência Socialista*”⁸; ou ainda, que se tratava de uma movimento “manipulado” como sugeriu o líder da Arena no Congresso Nacional, deputado Cantídio Sampaio, ao afirmar que “*Os líderes da campanha devem conhecer essas leis econômicas, mas estamos em uma democracia em que há liberdade até de levantar as massas, explorando-lhes a boa fé*”⁹.

Além da negação da legitimidade do MCV enquanto interlocutor “político”, as autoridades governamentais recusaram-se a comparecer ao ato da entrega das assinaturas e não enviaram qualquer representante. Ademais, poucos dias antes, o Governador se recusou a receber uma Comissão do MCV – algo que o Prefeito Olavo Setúbal só não fez porque foi impedido pela intervenção do vereador Benedito Cintra (MDB) que cedeu sua audiência

⁷ Conforme analisado em ALVES, Maria H. *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*. Bauru: EDUSC, 2005.

⁸ Declaração publicada em “Segurança só permitirá ato público na Catedral”. *Folha de São Paulo*, 26/08/1978, p.9

⁹ Discurso pronunciado em 14/03/1978 no Congresso Nacional, publicado no Diário da Câmara dos Deputados, em 15/03/1978, p.615.

semanal para o Movimento. Neste encontro, o prefeito não apenas se recusou a apoiar o abaixo-assinado, sob alegação de não concordar com o congelamento de preços, como ainda criticou uma dona de casa (mãe de oito filhos) por não fazer planejamento familiar e ainda morar numa cidade tão grande como São Paulo¹⁰.

Por fim, completavam esta postura de negação do Estado, o desdém e a ironia com que eram desconsideradas as reivindicações do MCV por representantes do governo. Alguns meses antes do ato da Praça da Sé, quando o abaixo-assinado foi lançado oficialmente, dois ministros de Estado se pronunciaram da seguinte forma sobre as reivindicações do MCV: “*se me mostrarem como fazer eu gostaria de aprender, mas antes eles têm de provar que dois mais dois dá oito*”, disse o Ministro da Fazenda, Mário Simonsen¹¹; “*Nem Deus daria conta de controlar a inflação no Brasil se o governo desse abono salarial não compensado para os trabalhadores e congelasse os preços dos produtos alimentícios*”, disse o Ministro do Planejamento, João Reis Veloso¹². O escárnio foi utilizado também pelo Governador Paulo Egydio Martins que declarou, às vésperas do ato da Praça da Sé, que “*se essa petição, se as sugestões dela resolvessem o problema, como eu também já afirmei anteriormente, os que a elaboraram seriam merecedores do prêmio Nobel de Economia*”¹³. No entanto, o ápice da postura de negação ocorreu pouco mais de um mês depois do ato da Praça da Sé, alguns dias após uma Comissão do MCV entregar os abaixo-assinados na Seção de Protocolo do Palácio do Planalto – depois de não ser recebida pelo presidente. Sem fornecer qualquer resposta governamental às reivindicações contidas nos abaixo-assinados, o porta-voz oficial do Planalto, coronel Rubem Ludwig, convocou uma coletiva de imprensa para anunciar que, de acordo com um laudo (não revelado aos repórteres) do Instituto de Criminalística da Polícia Federal realizado a partir de exame grafotécnico em uma amostragem do abaixo-assinado, o MCV teria falsificado assinaturas (na verdade, militantes do MCV subscreveram por assinantes analfabetos) e, por isso, era “*desonesto e sem qualquer credibilidade*”, acrescentando ainda:

“O governo apenas pode declarar que, muito profundamente, lamenta o fato - hoje tão comum da parte das correntes de contestação - de certos grupos, por motivos

¹⁰ Declaração publicada em “Afrânio apoiou e Setúbal disse não ao movimento”. *Folha de São Paulo*, 17/08/1978, p.15.

¹¹ Declaração publicada em “Os 3 pedidos impossíveis”. *Folha de São Paulo*, 14/03/1978. p.21.

¹² *Idem.*

¹³ Declaração publicada em “Segurança só permitirá ato público na Catedral”. *Folha de São Paulo*, 26/08/1978, p.9

*óbvios contrários ao movimento revolucionário de 64, estarem a aproveitar-se de parcelas ingênuas e mais pobres da população para tentar alcançar seus fins inconfessáveis”.*¹⁴

A negociação

Como já expusemos anteriormente, é preciso ponderar o peso que cada uma das posturas do Estado teve em sua relação com o MCV para evitar distorções interpretativas. Acrescentamos que, no caso da “negociação”, é preciso esclarecer também o que pretendemos afirmar com este termo em um contexto autoritário como aquele dos anos 1970. Não se trata aqui de pensar em “negociações a portas fechadas” como investigou Kenneth Serbin a respeito da Comissão Bipartite, tampouco apresentar provas do clientelismo e das noções instrumentais de direitos e política dos movimentos populares, como buscava parte dos pesquisadores dos anos 1990. Entendemos as negociações e concessões, por parte do MCV e do Estado, como uma relação, grosso modo, de “teatro” e “contrateatro” entre dominantes e dominados e que acabava por moderar as ações de ambos, nos termos propostos por E. P. Thompson¹⁵.

É, sob este entendimento que afirmamos que o MCV sempre reconheceu e buscou as “autoridades do governo” para pleitear suas reivindicações. Para nos restringirmos ao episódio da Praça da Sé como proposto nesta comunicação, é preciso pontuar que, após a proibição do uso da praça, o movimento não adotou uma postura de “enfrentamento”; ao contrário, tentou obter a liberação com o prefeito, com o governador e, por fim, com o secretário de segurança pública. Em que pese a negativa implacável do prefeito (muito elogiada pelo editorial do jornal O Estado de São Paulo¹⁶) e a mudança de opinião do governo do Estado às vésperas do ato, o MCV chegou a ser recebido, no Palácio dos Bandeirantes, pelo chefe da casa civil, Afrânio de Oliveira (o governador não se encontrava em São Paulo), que subscreveu o abaixo-assinado e ainda declarou apoio oficial do Governo do Estado ao ato, embora tenha confirmado que o

¹⁴ Declaração publicada em “Governo afirma que o Movimento do Custo de Vida ‘é desonesto’”. *Folha de São Paulo*, 26/09/1978, p.15.

¹⁵ Conforme proposto pelo autor para se pensar a relação entre governantes e a multidão. Ver: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

¹⁶ “Um abaixo-assinado nada pode contra esta alta do custo de vida. Nem que reúna um milhão de assinaturas. É tão inútil como uma praga rogada a alguém...Por isso mesmo, está o sr. Olavo Setúbal de parabéns, ao negar-se a subscrever o manifesto que uma comissão do MCV pretende entregar ao presidente Geisel...Setúbal fez bem, é pena que o seu gesto não tenha sido imitado por outras personalidades, como o chefe da casa civil do governo do Estado, que assinou o rol e, ainda garantiu que o Sr. Governador enviará um representante à Praça da Sé, no dia 27”. In: “Atitude que deveria ser imitada” (Editorial). *O Estado de São Paulo*, 18/08/1978, p.3.

governador não poderia comparecer ao ato na Praça da Sé porque estaria presente na Festa do Peão Boiadeiro, em Barretos, mas que mandaria um representante. Ele ainda considerou o MCV “*uma beleza que precisa ser prestigiada. As senhoras não são subversoras*”¹⁷. Ainda, o MCV também foi recebido pelo secretário de segurança pública, coronel Ênio Viegas, juntamente com o diretor do DEOPS-SP, Romeu Tuma que, de maneira contraditória, mantiveram a proibição da praça, mas asseguraram não haver problemas na realização do ato na Catedral – localizada na mesma praça.

A postura “moderada” do MCV impunha também uma certa moderação ao Estado, ou ao menos, dificultava que recorresse explicitamente ao seu aparato repressivo – como, aliás, fizera um dia antes em uma manifestação contra a prisão de membros da Convergência Socialista na mesma Praça da Sé. A ponderação do MCV não era apenas uma questão estratégica de suas lideranças, o movimento sempre fez questão de admitir que o ato “*não tinha nenhum cunho político*”¹⁸ e a dificuldade que isto causava aos representantes do Estado se expressava na própria justificativa apresentada pelo secretário ao alegar que a praça não poderia ser liberada porque ali existia uma estação do metrô: “*é uma questão de segurança*”, esclarecendo que na capital havia 128 praças (escolhidas pela própria Secretaria e listadas na Portaria DGP nº15 de agosto de 1978) onde poderiam ser realizados comícios, desde que autorizados pelo DEOPS. Contudo, o MCV não poderia utilizá-las já que não era um partido político. Obviamente, o apoio da Igreja Católica à realização do ato, materializado pela ação do bispo Dom Mauro Morelli (representante da Arquidiocese enquanto Dom Paulo Evaristo Arns encontrava-se no Vaticano participando do conclave que elegeria o papa João Paulo I), foi fundamental para estabelecer uma correlação de forças que compeliu o Estado a ceder sua posição inicial de proibição total ao Ato.

A repressão

¹⁷ Declaração publicada em “Afrânio apoiou e Setúbal disse não ao movimento”. *Folha de São Paulo*, 17/08/1978, p.15.

¹⁸ A discussão sobre a política feita pelo MCV escapa aos limites desta comunicação, mas indicamos que ela é comum a outros movimentos sociais do período, inclusive nas greves do ABC, como discutido por Eder Sader: “*Ao observamos as práticas desses movimentos, nós nos damos conta que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e moradia, eles [os movimentos] “inventaram” novas formas de política*”. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.20.

Sem adentrarmos à discussão da “violência simbólica”¹⁹ e sistêmica as quais as classes populares têm sido historicamente submetidas, sublinhamos que a postura repressiva do Estado em relação ao MCV não ocorreu de forma explícita e generalizada em razão da já mencionada dificuldade que o movimento impunha ao Estado, sendo sempre direcionada àqueles que “se infiltravam no movimento”, frequentemente, apontados como “estudantes”. Não pretendemos com isto matizar a repressão brutal ocorrida no Ato da Praça da Sé, mas sim revelar a lógica a partir da qual ela foi utilizada e justificada pelo Estado. Um exemplo do limite de reprimir declaradamente o MCV ocorreu dois dias antes do Ato quando uma comissão do movimento recolhia assinaturas na Praça da Sé e foi surpreendida pela polícia que, tal como ocorreria no Ato, cercou a praça com homens da cavalaria e cães pastores, recolhendo panfletos e abaixo-assinados. Pouco depois, o comandante da tropa diz ter recebido “ordens superiores” para retirar seus homens afirmando que havia ocorrido, na verdade, um “*mal-entendido*”, pois tinha recebido denúncias de distribuição de “panfletos subversivos” – o que, como pôde constatar, era verdade. Ao final, o comandante concluiu: “*Prefiro enfrentar um batalhão de gladiadores do que dez mães com suas crianças*”.²⁰

Esta justificativa foi mantida mesmo após toda a repressão empreendida no Ato como podemos perceber na fala do Coronel Álvaro Braga, responsável pela ação da PM:

“Enquanto o Movimento era apenas do Custo de Vida, nós nos mantivemos a distância, mas os slogans e as faixas que surgiram não diziam respeito ao Custo de Vida e notamos uma nítida infiltração de elementos da tendência estudantil “liberdade e luta”, e foi isso que justificou nossa ação, pois a concentração começava a ganhar um caráter muito perigoso [...] quando soltamos as bombas não havia nem crianças nem velhos; os que se encontravam sentados eram homens e mulheres, jovens de ambos os sexos, principalmente, estudantes, que logo deixaram o local. Não ficou ninguém lá, pois se fossem velhos e crianças, não tinham deixado o local tão rapidamente”²¹.

E ela interferia na moderação da postura do MCV durante o Ato, sendo reverberada, parcialmente, no discurso do movimento como fica claro na nota oficial da coordenação:

¹⁹ Ver mais em: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ªed, 2007.

²⁰ Declaração publicada em “Segurança só permitirá ato público na Catedral”. *Folha de São Paulo*, 26/08/1978, p.9.)

²¹ Declaração publicada em “Braga explica ação da Polícia”. *Folha de São Paulo*, 28/08/1978, p.9.

“As autoridades federais, o governador, o secretário de Segurança foram os principais responsáveis pelo tumulto que houve. Se a polícia não estivesse lá, nada daquilo aconteceria: o grupinho de estudantes não conseguiria fazer nada, porque o povo não está disposto a realizar aventuras. Mas tem o outro lado da moeda. Se não tivesse aquele grupo de estudantes, o objetivo das autoridades, que é intimidar o povo, não teria sido atingido. Na verdade, consciente ou inconscientemente, esse grupo prestou um grande serviço ao governo e à polícia”²².

Mesmo no interior do Movimento Estudantil, este discurso encontrava lugar como se pode ver pela declaração de estudantes da USP e da PUC à imprensa:

“foram grupinhos que fizeram aquilo, fizeram o jogo que a repressão queria e agora estamos mais uma vez divididos, o mais prejudicado foi o Movimento do Custo de Vida [...] Depois, quando o Lula diz que não quer estudante com ele, nós reclamamos”²³.

Não obstante as limitações que o Estado possuía para reprimir sumariamente o MCV – como fizera e continuaria fazendo com outros movimentos sociais do período – tenham sido suficientes para assegurar a realização do Ato; elas não impediram que a postura do confronto prevalecesse neste episódio. O aparato repressivo do regime, que, ao menos, desde 1977 já admitia que o MCV poderia se tornar “*mais uma frente de oposição do governo*”²⁴, utilizou de várias estratégias para limitar à adesão à assembleia. Além de proibir a utilização da Praça da Sé, foi denunciado pelo MCV que, às vésperas do evento, parte das empresas de ônibus que haviam sido contratadas (com a contribuição de Entidades de Apoio) para transportar moradores da periferia cancelaram os contratos, alegando “*ordens da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC)*”²⁵; e, no dia do Ato, os ônibus que levavam participantes do MCV do interior para a Capital foram impedidos, ainda na estrada, de prosseguirem viagem pelos policiais rodoviários²⁶.

²² Declaração publicada em “Uma exigência que vai à Brasília”. *O São Paulo*, 2-8/09/1978, p.9.

²³ Declaração publicada em “Estudantes lamentam erros”. *O Estado de São Paulo*, 29/08/1978, p.16.

²⁴ Doc. 5, p.3. Pasta 94 - Movimento Contra Carestia (1978-1981), OS1019. Delegacia de Ordem Social. Fundo DEOPS/SP.

²⁵ Declaração publicada em “Será hoje o ato contra a carestia”. *Folha de São Paulo*, 27/08/1978, p.31.

²⁶ Declaração publicada em “Mais de um milhão contra a carestia”. *Assuntos (Suplemento de artigos do Jornal Movimento)*, set/1978, p.3.

Ainda na manhã do dia 27 de agosto, um forte esquema policial, composto por tropa de choque, cavalaria e cães pastores, ocupou a região da Praça da Sé, solicitando a identificação de todos que chegavam para o ato, impedindo, assim, que as pessoas que chegavam atrasadas de se aproximarem da Igreja. Como é possível observar nas imagens do filme “A luta do povo” (1980), os policiais recolheram exemplares de jornais distribuídos pelo MCV – os mesmos que haviam sido considerados não-subversivos no “mal-entendido” ocorrido dois dias antes – nas escadarias da Catedral, alguns tentaram inclusive adentrar à Catedral, sendo expulsos por Dom Mauro Morelli²⁷.

Ao final da tarde, a repressão explícita empreendida pelos agentes de segurança resultou na detenção de 13 pessoas pelo DEOPS-SP (10 estudantes, 1 professora, 1 socióloga e 1 balconista)²⁸ e deixou dezenas de feridos – entre os quais se encontrava um garoto de 16 anos que passava pelo local e, após ser atingido por uma bomba, quase ficou cego²⁹. Aliás, como denunciado por repórteres que cobriam o ato, as bombas de efeito moral, utilizadas indiscriminadamente pela polícia, estavam com o prazo de validade vencida³⁰. Inclusive os repórteres presentes não escaparam imunes à repressão, como denunciado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo:

“o fotógrafo Walter Avancini, da revista “IstoÉ”, foi detido por agentes do Deops depois que tentou fotografar de perto alguns cavalarianos da PM. Dois agentes seguraram o profissional, espancaram-no e com empurrões levaram-no até a Veraneio, onde inutilizaram todo o filme de sua máquina. Um outro fotógrafo, Henrique Pessoa, do jornal “O Trabalho”, tentou aproveitar a cena de violência para tirar umas fotos e sofreu a mesma punição, ficando sem o único filme que dispunha para operar e tomou alguns empurrões”³¹.

Mesmo após a praça ser evacuada, a polícia ainda continuou perseguindo e agredindo manifestantes pelas redondezas sob a justificativa de impedir qualquer tentativa de passeatas.

²⁷ Declaração publicada em “Não permito nenhum policial na Igreja”. *Folha de São Paulo*, 28/08/1978, p.9.

²⁸ Segundo o Coronel Álvaro Braga, os detidos foram acusados de “dirigirem ofensas aos militares em serviço”, sendo conduzidos ao DEOPS, identificados e, depois, liberados. Declaração publicada em “13 presos durante a manifestação da Sé”. *Folha de São Paulo*, 28/08/1978, p.9.

²⁹ Declaração publicada em “Bombas, o meio para dispersar participantes”. *Folha de São Paulo*, 28/08/1978, p.9.

³⁰ Declaração publicada em “Fora da garantia”. *Folha de São Paulo*, 28/08/1978, p.9.

³¹ Declaração publicada em “Sindicato protesta contra a violência policial na praça”. *Folha de São Paulo*, 28/08/1978, p.9.

Por fim, para tentar atenuar o impacto da repercussão negativa³² – ainda que o Governador tenha a definido como “normal”³³ – gerada pela brutal repressão ao Ato, o Departamento de Polícia Federal, por telefone, proibiu as emissoras de rádio e televisão de veicularem notícias sobre as manifestações públicas, classistas e declarações de membros da Cúria, conforme denunciado pela nota do Sindicato dos Jornalistas³⁴.

Considerações finais

Por se tratarem de reflexões parciais, que deverão ser aprofundadas em nossa pesquisa de mestrado, não caberia apresentar aqui uma conclusão formal. Dado o limite do espaço/tempo desta comunicação, buscamos concentrar a discussão proposta sobre a complexidade das relações entre Estado e MCV a partir do Ato da Praça da Sé, mais especificamente, nas diferentes posturas tomadas por ambos os “lados” neste episódio. Em nosso entendimento, esta relação foi preponderantemente marcada pela repressão, mas envolveu também elementos de negação e negociação – esta última entendida como uma relação de teatro e contrateatro entre dominantes e dominados que acabava por moderar a ação de ambos – e não como “negociações a portas fechadas” ou “provas do clientelismo” dos movimentos populares. Esta postura tríplice foi exercida pelo Estado ao longo da trajetória do MCV, tanto de forma isolada (passando, progressivamente da negação à repressão) quanto combinada em um mesmo momento, como demonstramos ter ocorrido no Ato da Praça da Sé.

Investigar as relações entre o Estado e os movimentos sociais para além da perspectiva do confronto é fundamental para compreender como o regime militar brasileiro tentou construir uma “base de legitimidade”, sem a qual dificilmente teria permanecido 21 anos no poder. Pois, como argumenta Ridenti, apoiado em Weber, “a dominação só alcança alguma estabilidade apenas se não se restringir ao uso da força” (RIDENTI: 2014, 30). No entanto, analisar estas relações, especialmente no caso dos movimentos populares, exige a “acuidade do olhar do historiador”, definida por Thomson como a necessidade de “virar de cabeça para baixo

³² Um exemplo desta repercussão é o relato de Dom Paulo Arns que, após quatro semanas no Vaticano, retornou ao Brasil (no dia 7/9/1978) e afirmou que a TV Italiana exibiu imagens da repressão ao ato da Praça da Sé e que toda a hierarquia eclesiástica reunida para coroação do Papa João Paulo I ficou chocada com a repressão. Declaração publicada em “A chegada de Dom Paulo, falando do Custo de Vida”. *O Estado de São Paulo*, 8/09/1978, p.3.

³³ Declaração publicada em “Governador acha que repressão foi normal”. *Folha de São Paulo*, 29/08/1978, p.10.

³⁴ Declaração publicada em “Ludwig: há uma lei para manifestações”. *O Estado de São Paulo*, 29/08/1978, p.16.

os conceitos brandos das autoridades dominantes para examinar o que contém no fundo”. Caso contrário, correríamos o risco de construir uma história vista [apenas] de cima. E, como exemplifica o autor: muitas vezes, “o que é [visto de cima] um “ato de doação” é [a partir de baixo] um ato de conquista” (THOMPSON: 2002, 68).

Principais referências utilizadas

Fontes

- Diário da Câmara dos Deputados.
- Fundo DEOPS, localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).
- Jornal Folha de São Paulo.
- Jornal Movimento
- Jornal O Estado de São Paulo.
- Jornal O São Paulo.

Bibliografia

- ALVES, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*. Bauru-SP: EDUSC, 2005.
- AQUINO, Maria Aparecida et al. (orgs). *Dossiê DEOPS-SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2001. 5volumes.
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Enciclopédia Einaudi: Anthropos - Homem*, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 10ªed, 2007.
- DOIMO, Ana Maira. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.
- EVERS, Tilman. “Os movimentos sociais urbanos: o caso do Movimento do Custo de Vida”. In: MOISÉS, J. et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes/Cedec, 1982. p.74-98.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____ . “Ditadura militar e concordata moral”. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar/2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. Curitiba: Juruá, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: REIS, D; RIDENTI, M; MOTTA, R (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SERBIN, Kenneth. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____ . *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

- UYTDENBROEK, Xavier. *Movimento do Custo de Vida: um movimento que rompeu o cerco da repressão*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo, 1987.